

## CRIANDO TERRITÓRIOS EM RESISTÊNCIA: PERIFERIAS URBANAS, ECONOMIAS DIVERSAS E O PAPEL SOCIOECONÔMICO DE CRECHES E CRECHEIRAS EM SANTA LUZIA, DISTRITO FEDERAL

**Shadia Husseini de Araújo<sup>1</sup>**

Universidade de Brasília (UnB)  
Brasília, DF, Brasil

**Julia Taveira Rudy<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
Porto Alegre, RS, Brasil

Enviado em 22 nov. 2020 | Aceito em 20 set. 2021

**Resumo:** Neste artigo, defendemos a tese de que creches informais em periferias urbanas não ocupam meramente o espaço vazio deixado pela ausência do serviço público. Para além disso, creches e crecheiras podem desempenhar um papel fundamental na criação do que Raúl Zibechi chama de "territórios em resistência". Ilustramos essa tese por meio de uma pesquisa sobre as creches localizadas no Setor de Chácaras Santa Luzia, no Distrito Federal. A análise desse estudo de caso fundamenta-se sobretudo nos conceitos de "territórios em resistência" (ZIBECHI, 2015) e de "economias diversas" (GIBSON-GRAHAM, 1998), nas repercussões desses conceitos em debates mais recentes sobre a periferia urbana, bem como no método etnográfico. Os resultados da pesquisa mostram que as crecheiras de Santa Luzia contribuem, por meio de seus projetos socioeconômicos, para a resistência contra os ataques causados pela expansão capitalista, ao mesmo tempo em que viabilizam a vida cotidiana na periferia urbana. Esses projetos baseiam-se majoritariamente em uma lógica familiar-comunitária centrada na figura da "mulher-mãe". Desse modo, procuramos contribuir, neste artigo, com os debates acadêmicos que refletem sobre a criação e o funcionamento de "territórios em resistência", bem como sobre as relações de gênero neles envolvidas. Adicionalmente, pretende-se também ampliar o debate sobre o papel social de creches informais em periferias urbanas.

**Palavras-chave:** periferia urbana, territórios em resistência, economias diversas, creches informais, etnografia

### CREATING TERRITORIES IN RESISTANCE: URBAN PERIPHERIES, DIVERSE ECONOMIES AND THE SOCIO-ECONOMIC ROLE OF CHILD CARE CENTERS IN SANTA LUZIA, FEDERAL DISTRICT OF BRAZIL

**Abstract:** This paper argues that informal child care centers in urban peripheries do not only occupy the vacuum left by the absence of public services, but they and the women who run them may also play a key role in the creation of what Raúl Zibechi calls "territories in resistance". We illustrate this argument through a case study on informal child care centers located in the Setor de Chácaras Santa Luzia, a slum in the Federal District of Brazil. The analysis is mainly based on the concepts of "territories in resistance" (ZIBECHI, 2015), "diverse economies" (GIBSON-GRAHAM, 1998), the resonance of these concepts within current debates on the urban periphery as well as on ethnographic research. The results show that the child care workers in Santa Luzia contribute, through their socioeconomic projects, to the

1. Professora no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília; Doutora em Geografia; endereço: Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, 70910-900, Brasília - DF; ORCID: 0000-0002-3594-1797; e-mail: shadiah@unb.br

2. Graduada em Geografia; Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; endereço: Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43.136, Campus do Vale Bairro Agronomia, Porto Alegre - RS; ORCID: 0000-0003-0630-0699; e-mail: julia.rudy@ufrgs.br

resistance against the attacks caused by capitalist expansion and to the viability of everyday life in the urban periphery. These projects are largely based on family and community logics centered on the figure of the "woman/mother". This paper seeks to contribute, firstly, to the debates about the creation and workings of "territories in resistance" and the involved gender relations, and secondly, to the debates about the social role of informal child care centers in urban peripheries.

**Keywords:** urban periphery, territories in resistance, diverse economies, informal childcare centers, ethnography

## CREER DES TERRITOIRES EN RESISTANCE : PERIPHERIES URBAINES, ECONOMIES DE LA DIVERSITE ET LE ROLE SOCIO-ECONOMIQUE DES CRECHES A SANTA LUZIA, DISTRICT FEDERAL DU BRESIL

**Résumé:** Cet article défend la thèse selon laquelle les crèches informelles des périphéries urbaines ne se contentent pas d'occuper le vide laissé par l'absence de services publics ; au contraire, ces crèches et les femmes qui les gèrent peuvent jouer un rôle clé dans la création de ce que Raúl Zibechi appelle des « territoires en résistance ». L'enquête étudie les crèches informelles situées dans le Setor de Chácaras de Santa Luzia, un bidonville du District Fédéral du Brésil. L'analyse s'appuie principalement sur les concepts de « territoires en résistance » (ZIBECHI, 2015) et d' « économies de la diversité » (GIBSON-GRAHAM, 1998), et sur leurs échos dans les débats actuels sur la périphérie urbaine, tout en adoptant une méthode ethnographique. Les résultats montrent que les crèches de Santa Luzia contribuent par leurs projets socio-économiques à la résistance aux attaques dues à l'expansion capitaliste, tout en rendant viable la vie quotidienne dans la périphérie urbaine. Ces projets sont pour la plupart fondés sur une logique familiale et communautaire centrée sur la figure de « la femme-mère ». Cet article souhaite ainsi contribuer aux discussions académiques sur la création et le fonctionnement des « territoires en résistance » et sur leur imbrication avec les relations de genre, mais également sur le rôle social des crèches informelles dans les périphéries urbaines.

**Mots-clés :** périphérie urbaine, territoires en résistance, économies de la diversité, crèches informelles, ethnographie.



## Introdução

A dona de uma creche informal construída na ocupação do Setor de Chácaras Santa Luzia, no Distrito Federal, sempre responde à pergunta sobre como ela estabeleceu a sua creche da mesma maneira: "Eu fiz uma promessa". Após ter trabalhado por vários anos no Aterro Controlado do Jóquei – conhecido como o Lixão da Estrutural –, a crecheira foi diagnosticada com câncer. Segue então o relato segundo o qual, nesse momento, ela prometeu a Deus que, caso alcançasse a cura, passaria a cuidar das crianças da comunidade, para que elas não precisassem mais acompanhar o trabalho adulto no aterro. Além dessa crecheira, diversas outras mulheres de Santa Luzia abriram as portas de novas creches ao longo da última década. A despeito das diferentes histórias particulares que motivaram a abertura de cada uma delas, o que todas as creches guardam em comum é o fato de que elas representam uma forma de resistência a um sistema político-econômico profundamente desigual e injusto. Nesse artigo, destacamos a atuação de mulheres crecheiras na periferia do espaço urbano de forma associada ao papel que elas desempenham no espaço comunitário e no mundo em que vivem.

Escassas são as publicações acadêmicas dedicadas à análise de crecheiras e creches em periferias urbanas, independentemente da área de conhecimento. Os poucos estudos publicados descrevem as situações de cuidados e de acolhimento das crianças em favelas e *slums* geralmente como precárias (p.ex. CLARK; ALMADA; KABIRU; MUTHURI; WANJOHI, 2018; HALLMAN; QUISUMBING; RUEL; BRIÈRE, 2005; CAMARGO, 2002; exceções são PENNA, 2020; SWAMINATHAN, 1996). Sobretudo nos debates internacionais, os trabalhos apontam para os problemas sofridos especialmente pelas mães que vivem em periferias urbanas e precisam trabalhar, mas que não

podem contar com serviços de cuidados e de acolhimento de crianças, sejam eles públicos ou particulares acessíveis à população de baixa renda. Assim, esses estudos chegam à conclusão de que providenciar esse tipo de serviço deveria ser uma das estratégias-chave do desenvolvimento urbano, com o objetivo de facilitar a vida das famílias nas periferias urbanas (p.ex. CLARK; ALMADA; KABIRU; MUTHURI; WANJOHI, 2018; MUENDO, 2014; HALLMAN; QUISUMBING; RUEL; BRIÈRE, 2005). De todo modo, a ausência dos serviços público e particular credenciado e acessível nas periferias urbanas abriu espaço para o surgimento de creches denominadas informais (MUENDO, 2014), clandestinas e irregulares (CAMARGO, 2002) ou domiciliares (MEURER, 1994).

A bibliografia brasileira que se dedica ao estudo de creches informais em favelas destaca sobretudo o impacto negativo que a falta de profissionalismo no trabalho desenvolvido nessas creches pode causar na formação e na educação das crianças nelas acolhidas (p.ex. CAMARGO, 2002; MEURER, 1994). Ao mesmo tempo, esses trabalhos mostram adicionalmente que “as exigências e [os] caminhos que devem ser percorridos para a regularização [e a profissionalização] das creches são incompatíveis com a realidade de uma favela” (CAMARGO, 2002, p. 160). Um dos estudos defende convincentemente que as creches informais não têm por referência um modelo profissional de prestação de serviços educacionais, mas sim um “modelo materno ou familiar” (MEURER, 1994, p. 10). Mas enquanto a autora identifica os problemas desse modelo, pretendemos contribuir com o atual debate acadêmico ao afirmar que ele também pode ser visto de maneira mais positiva.

O argumento que defendemos neste artigo é que as creches informais não ocupam meramente o espaço vazio deixado pela ausência do serviço público. Mais do que isso: creches e crecheiras de periferias urbanas podem desempenhar um papel-chave na criação do que o escritor e ativista Raúl Zibechi chama de “territórios em resistência”. Trata-se de mundos vivos e vividos que têm surgido a partir da resistência aos ataques causados pela expansão capitalista; mundos que não são dominados pelo capital, mas que seguem uma “lógica familiar-comunitária centrada no papel da mulher-mãe” (ZIBECHI 2015, 91; cf. também FEDERICI, 2020).

Ilustramos esse argumento por meio de uma pesquisa sobre as creches localizadas no Setor de Chácaras Santa Luzia (doravante: Santa Luzia) – ocupação situada na Região Administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), localizada entre a Cidade Estrutural e o Parque Nacional de Brasília, no Distrito Federal. A análise desse estudo de caso fundamentou-se sobretudo nos conceitos de “territórios em resistência” (ZIBECHI, 2015), de “economias diversas (*diverse economies*)” (GIBSON-GRAHAM, 1998; GIBSON-GRAHAM; DOMBROSKI, 2020) bem como nas repercussões desses conceitos em debates mais recentes sobre a periferia urbana. O método etnográfico adotado neste estudo inclui, principalmente, entrevistas qualitativas com as crecheiras, observação participante nas creches e diários de campo. Antes de apresentar e discutir os resultados da pesquisa, elaboramos na próxima seção deste artigo o referencial teórico, incluindo uma redefinição do objetivo da nossa pesquisa a partir da teoria, assim como também sobre os métodos, os procedimentos técnicos e as limitações da abordagem teórico-metodológica adotada.

## **Teoria e metodologia: Analisando a criação de territórios em resistência**

O surgimento e a expansão das chamadas periferias urbanas na América Latina têm decorrido, em geral, do rápido crescimento da população urbana, sobretudo devido aos processos de industrialização, globalização e êxodo rural. Todavia, o termo não designa um fenômeno homogêneo e unificado: “Há periferias e periferias” (CORRÊA, 1986, p. 73). Tanto nos estudos urbanos brasileiros, quanto naqueles internacionais, o termo “periferia urbana” é usado para conceitualizar fenômenos

distintos. Com a expressão, faz-se referência a áreas industriais, subúrbios de classes ricas e/ou de especulação imobiliária, bem como também às chamadas favelas, do que decorre uma ampla variedade de conceitualizações (ARAÚJO, 2014; MUÑIZ, 2019; DADASHPOOR; AHANI, 2019). Nesse artigo, referimo-nos ao conceito de periferia urbana na forma adotada por Zibechi (2015), que, por sua vez, tem por base a obra do historiador e teórico-urbano Mike Davis. Davis e Zibechi designam com o termo “periferia urbana” o resultado de processos de urbanização que se desconectaram e se autonomizaram

da industrialização e do crescimento econômico, o que implica uma ‘desconexão estrutural e permanente entre muitos [dos seus] habitantes [...] e a economia formal’ (DAVIS, 2006), ao mesmo tempo em que os modos atuais de acumulação seguem expulsando pessoas do campo. (ZIBECHI 2015, p. 18)

Grande parte dos estudos geográficos e interdisciplinares sobre esse tipo de periferias urbanas na América Latina dedica-se, há muito tempo, à análise de problemas sociais que decorrem da desconexão estrutural acima identificada e da qual resultam situações de violência, insegurança e pobreza. Todavia, nota-se, mais recentemente, um aumento significativo de trabalhos que adotam uma outra perspectiva. Nesses trabalhos, periferias urbanas são cada vez mais entendidas como territórios criados a partir de relações sociais e de poderes “de baixo”, incluindo diferentes formas de resistência popular (BARROS; DAL’BÓ DA COSTA; RIZEK, 2018; ZIBECHI, 2015; PORTO-GONÇALVES, 2006). Muitas dessas pesquisas destacam que movimentos sociais ou socioterritoriais constroem territórios urbanos próprios, como uma forma de resistência sobretudo à remoção forçada de determinadas áreas urbanas, bem como à expansão capitalista e ao estado neoliberal (p.ex. FEDERICI, 2020; STIENEN, 2020; LÓPEZ, 2019; STREULE; SCHWARZ, 2019; SALVADOR DE SOUZA, 2018; SAQUET, 2018; ZIBECHI, 2015; CAFFENTZIS; FEDERICI, 2014; SILVA, 2013).

Nesse contexto, uma série de autores defende a ideia de que um novo mundo mais humano tem surgido a partir das experiências desenvolvidas nesses territórios em resistência, em contraposição ao capitalismo destrutivo (FEDERICI, 2020; CAFFENTZIS; FEDERICI, 2014; ZIBECHI, 2015). Tendo em vista esses territórios, outros estudos ainda destacam a emergência de uma nova forma de conceitualização da cidade (*remake the city*) (STEVENS, 2018; MASON-DEESE; HABERMEHL; CLARE, 2019). Neles, são analisados movimentos socioterritoriais latino-americanos que incluem, por exemplo, os movimentos sociais de base (BARTHOLL, 2015), os movimentos dos sem teto (STEVENS, 2018), os movimentos de trabalhadores desempregados (MASON-DEESE; HABERMEHL; CLARE, 2019), além de movimentos urbanos organizados por mulheres (FEDERICI, 2020). Adicionalmente, outros trabalhos exploram a criação de territórios em resistência marcados pela atuação de associações de moradores e de suas lideranças (SAQUET, 2018; SALVADOR DE SOUZA, 2018; HUSSEINI DE ARAÚJO; COSTA, 2017). Neste artigo, procuramos contribuir com esse debate mais contemporâneo ao mostrar como crecheiras, sem vínculo específico com movimentos sociais institucionalizados, também podem desempenhar um papel-chave na criação de territórios em resistência e, assim, na criação de “novos mundos”.

### Territórios em resistência e economias diversas

Em uma tentativa de entender as periferias urbanas a partir de uma perspectiva de longo prazo, Raúl Zibechi tem pesquisado e comparado as situações dos setores populares urbanos de grandes cidades da América Latina em vários momentos do século XX. Tendo em vista as suas observações, o autor sugere que

[...] no último meio século as periferias urbanas das grandes cidades vêm formando um mundo próprio, que percorreu um longo caminho: da apropriação da terra e do espaço à criação de territórios; da criação de novas subjetividades à constituição de sujeitos políticos novos e diferentes em relação à velha classe operária industrial sindicalizada; do desemprego à criação de novos ofícios que dão passagem às economias contestatárias [...]. O pano de fundo deste processo dos setores populares é a expansão de uma lógica familiar-comunitária centrada no papel da mulher-mãe, em torno de quem se molda um mundo de relações outras: afetivas, de cuidados mútuos, de contenção, inclusivas. Estas formas de viver e fazer têm saído dos âmbitos 'privados', nos quais se encontravam, para manterem-se vivas, e, diante da crise sistêmica que se tornou evidente a partir da revolução mundial de 1968, vêm se expandindo em direção aos espaços públicos e coletivos. [...] [N]este mundo outro, a força motriz principal são os afetos: o amor, a amizade, a fraternidade. Sobre essa base, cria-se um sistema de relações econômicas paralelo e externo à economia capitalista de mercado (ZIBECHI, 2015, p. 91).

Zibechi descreve esse outro mundo como feminino, baseado em valores de uso, no comunitarismo, na autogestão, na autopoiese e na espontaneidade, enquanto o mundo capitalista e estatal é visto como masculino, baseado em valores de troca e em instituições reguladoras (ZIBECHI, 2015, p. 92).

Essa proposta teórica do autor tem sido discutida de maneira controversa. Por um lado, alguns estudos identificam na proposta de Zibechi uma contribuição fundamental para descentralizar e descolonizar a produção de conhecimento sobre periferias urbanas (cf. p.ex. SILVA, 2017; MASALAM, 2013; STREULE, 2013). Por outro lado, a mesma proposta foi alvo de críticas sobretudo por três motivos. Em primeiro lugar, pelo binarismo que se manifesta na sua abordagem – o mundo capitalista, estatal e masculino *versus* o outro mundo não-capitalista e feminino – (cf. SILVA 2017). Em segundo lugar, pela naturalização da mulher como mãe responsável pelo cuidado da família e da casa (cf. STREULE 2013) e, por fim, pela romantização das periferias urbanas (cf. GÜRCAN; OTERO, 2013).

No que diz respeito às críticas apresentadas à característica binária de seus argumentos, Zibechi reconhece que o outro mundo “[n]ão faz e não cresce em oposição ao mundo estatal-masculino” (ZIBECHI, 2015, p. 92). Além disso, observa que movimentos sociais também podem reproduzir relações capitalistas e/ou neoliberais nos próprios territórios (ZIBECHI, 2015). Nesses termos, fundamenta-se o argumento da socióloga Verónica Gago desenvolvido em uma pesquisa sobre a feira irregular “La Salada”, localizada na cidade de Buenos Aires. A partir do estudo de caso argentino, Gago afirma que práticas econômicas alternativas resistem ao neoliberalismo, ao mesmo tempo que reproduzem algumas lógicas profundamente neoliberais (GAGO, 2018). E essa situação não se apresenta de forma diferente no caso brasileiro aqui estudado (cf. item 3). A nossa análise das práticas econômicas desenvolvidas nas creches de Santa Luzia demonstrou que, também nesses espaços, os mundos capitalista e alternativo se apresentam como fortemente interligados. Neles, sujeitos inseridos no mundo capitalista-estatal também reproduzem relações econômicas baseadas em afeto, assim como sujeitos das periferias urbanas – inclusive lideranças femininas na criação de territórios em resistência – também se encontram, de alguma forma, inseridos em relações econômicas capitalistas por eles também reproduzidas. Diversos são os modos de conexão entre esses mundos, a depender do contexto concreto no qual surgem os territórios em resistência.

Para superar essa lógica binária e considerar a complexidade das práticas econômicas desenvolvidas nos territórios em resistência, utilizamos o conceito de economias diversas (*diverse economies*), formulado pelas geógrafas feministas Catherine Gibson e Julie Graham (GIBSON-GRAHAM, 1998). Com esse conceito, as autoras chamam atenção para o fato de que o próprio capitalismo é um sistema heterogêneo, múltiplo e que se encontra sempre permeado por – ou

interligado com – outras lógicas econômicas, em parte contraditórias. Segundo as autoras, os seres humanos reproduzem cotidianamente uma ampla variedade de relações e lógicas econômicas distintas. Para transformar o sistema econômico hegemônico e combater os seus impactos negativos para a humanidade é necessário, portanto, enxergar e melhor compreender a pluralidade das economias que coexistem e se encontram entrelaçadas com o que se chama convencionalmente de capitalismo (GIBSON-GRAHAM, 1998; GIBSON-GRAHAM; DOMBROSKI, 2020). Essa concepção da economia como diversa implica que as fronteiras dos territórios “do capitalismo” e dos territórios “em resistência” não são claramente definidas. Em vez disso, esses territórios são permeáveis e dinâmicos, de modo que qualquer fronteira que possa ser identificada entre eles deve ser compreendida nos termos de uma operação meramente analítica e necessariamente provisória. A partir desse referencial teórico, entendemos o território em resistência criado pela comunidade de Santa Luzia como relacional e dinâmico (HAESBAERT DA COSTA, 2004). Além da própria comunidade e da área por ela ocupada e defendida, o território em resistência também é co-constituído por muitos elementos e relações socioeconômicas externos à comunidade, como evidenciado na análise empírica apresentada neste artigo (cf. item 3). Por outro lado, esse mesmo território em resistência também se encontra permeado, desafiado e ameaçado por lógicas capitalistas no seu interior.

O segundo ponto de crítica à proposta de Zibechi (2015) diz respeito à figura teórica da mulher-mãe; figura com a qual se corre o risco de reduzir a identidade de sujeitos femininos à condição inquestionável e supostamente natural de mães responsáveis pelos cuidados familiares na esfera doméstica (cf. p.ex. STREULE, 2013). Tal naturalização, como revelado e debatido há décadas pela teoria da reprodução social, é um dos principais mecanismos responsáveis pela opressão de gênero vivenciada em sociedades capitalistas: “[O] movimento fundamental [do capitalismo] foi separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRAZER, 2019, p. 35; cf. tb. p.ex. FEDERICI, 2012; DALLA COSTA; JAMES, 1972). Diante disso, não é surpreendente que a figura da “mulher-mãe” tenha sido fortemente questionada (STREULE, 2013). Ao mesmo tempo, várias pesquisadoras que se dedicam à análise da reprodução social e das relações de gênero nos contextos de movimentos sociais, de crises e/ou de economias populares em periferias urbanas na América Latina também identificam a situação que Zibechi descreve com essa figura, a saber: práticas econômicas por meio das quais relações entre gênero, economia e espaço são reconfiguradas (p.ex. FEDERICI, 2020; GAGO, 2018; BARRANCOS 2013). Verónica Gago, por exemplo, conceitualiza essa reconfiguração em termos de uma feminização da economia e do espaço. Tal feminização transforma a comunidade e o lar em insumos. Esse processo tem como consequência que

a presença pública das mulheres aumenta, posicionando-as como um ator econômico relevante, ao mesmo tempo que se ‘feminizam’ tarefas desenvolvidas nessa mesma economia informal pelos homens; por outro lado, deslocam-se ao âmbito público características próprias da economia do lar ou da comunidade, que passa então a ser entendida, na maioria das vezes, em termos de bairro. (GAGO 2018, p. 93)

Semelhante à conceitualização de Zibechi, essa feminização do espaço e da economia se baseia no conhecimento envolvido na economia doméstica, na cooperação afetiva, bem como em um conjunto de práticas comunitárias e saberes que constitui uma rede de múltiplas economias (GAGO 2018, p. 94).

O diálogo entre as obras de Zibechi e de autoras da teoria da reprodução social mostra que a figura da “mulher-mãe” pode ajudar a compreender as dinâmicas socioeconômicas em periferias urbanas, *desde que essa figura seja entendida de uma maneira não-essencialista*. Para explicar tal

entendimento, retomemos a teorização das “economias diversas” de Gibson-Graham, autoras que se valem do conceito de “sobredeterminação” (LACLAU; MOUFFE, 1985). A ideia é que uma prática econômica, um elemento social, um significante têm mais do que um sentido. O termo “mulher”, por exemplo, “tem um significado diferente quando se encontra articulado com ‘vida privada’ e ‘casamento’ do que quando se encontra no contexto de ‘feminismo’ e ‘lésbica’” (GIBSON-GRAHAM 1998, p. 32). Assim, o termo “mulher-mãe” designa sobretudo a figura feminina responsável pelo trabalho doméstico (não assalariado e não reconhecido como trabalho) no contexto de sociedades capitalistas, tradicionais e patriarcais. Ao mesmo tempo, o termo “mulher-mãe” tem outro significado no contexto dos debates sobre as economias feminizadas das periferias urbanas, a saber: relações sociais que podem prescindir da maternidade biológica, destacam a mulher como um agente econômico central e acontecem no espaço público. Ainda que um dos possíveis sentidos do significante “mulher-mãe” seja hegemônico em um determinado contexto, essa hegemonia se encontra constantemente ameaçada por outros sentidos latentes. Em outras palavras: o significante é sobredeterminado. É nesse sentido antiessencialista que adotamos o conceito “mulher-mãe” neste artigo. Como mostramos na seção empírica (cf. item 3), a despeito das críticas teóricas, o conceito “mulher-mãe” leva a reflexões relevantes na nossa análise sobretudo pelo fato de que as crecheiras entrevistadas descreveram as suas próprias atividades nos termos das relações sociais implicadas no conceito de Zibechi: “Cuidamos das crianças da comunidade como cuidamos dos [nossos] próprios filhos” (CR1).

O terceiro ponto de crítica aponta para o risco de se romantizar a chamada “periferia urbana” ao se fazer uso acrítico do conceito de “território em resistência”, desconsiderando-se que situações de violência, tensões, conflitos, estigmatização, marginalização, pobreza e fome fazem parte da vida cotidiana de grande parte da população das periferias urbanas (cf. p.ex. GÜRCAN; OTERO, 2013). Para não romantizarmos o contexto socioespacial brasileiro explorado neste artigo, adotamos o conceito de “economias diversas” também para analisar os limites das práticas econômicas levadas adiante em Santa Luzia. É certo que estudos recentes operam com conceitos mais capazes de levar em consideração os problemas das periferias urbanas. Dentre as alternativas conceituais mais relevantes, destaca-se o conceito de “resiliência”, por meio do qual autores se referem à “capacidade de um grupo ou [uma] comunidade, mantendo sua coesão, de se organizar para se adaptar às mudanças, aos riscos e às carências” (FARIAS, 2017, p. 4; cf. tb. KOONINGS; KRUIT, 2015). Todavia, no estudo de caso das creches de Santa Luzia, optamos por não investir nesse conceito, uma vez que a ideia de “resiliência vem sendo cada vez mais explorada nos estudos sobre os territórios, em especial o espaço urbano, como uma oportunidade para enriquecer ou renovar a gestão e as políticas públicas” (FARIAS, 2017, p. 3). Trata-se, portanto, de um conceito crescentemente adotado em instrumentos relacionados às ações de planejamento e de configuração de projetos de desenvolvimento do sistema hegemônico (cf. BENÉ ET AL., 2014). Em contraposição à lógica dessas ações, o conceito de “territórios em resistência” enfatiza as práticas de emancipação do sistema hegemônico, bem como a criação de economias e de modos de vida a ele alternativos, mesmo que a ideia de emancipação permaneça, em parte, uma utopia. Nesse sentido, mostramos com o nosso estudo que a atuação das crecheiras não pode ser compreendida como uma simples adaptação de práticas econômicas hegemônicas às condições da periferia urbana. Em vez disso, defendemos aqui a tese segundo a qual crecheiras e creches podem ser vistas, respectivamente, como agentes e lugares protagonistas na criação e no desenvolvimento de relações socioeconômicas por meio das quais territórios em resistência são coletiva e incessantemente (re)constituídos.



## Operacionalização da pesquisa

Com base no referencial teórico apresentado no item anterior, assim definimos a nossa questão de pesquisa: em que medida as creches e as crecheiras de Santa Luzia têm contribuído para a criação de territórios em resistência e por meio de quais iniciativas econômicas? A resposta a essa pergunta será encaminhada a partir das seguintes questões específicas:

- Qual é o percurso histórico da apropriação da terra que tem levado à construção de territórios e qual tem sido o papel das crecheiras nesse processo? Como elas têm se transformado em novos sujeitos políticos?
- Como as crecheiras têm contribuído para a criação de novos ofícios que abriam espaço para o surgimento de outras práticas econômicas? Quais são essas iniciativas econômicas e em que medida elas se encontram (ou não) vinculadas ao mundo hegemônico estatal-capitalista?
- Em que medida a atuação das crecheiras da comunidade de Santa Luzia tem por base a expansão de uma lógica familiar-comunitária do espaço privado ao espaço público? Em que medida elas mesmas atuam de acordo com a lógica da “mulher-mãe”, que envolve cooperação afetiva, autogestão, autopoiese, espontaneidade e comunitarismo? Quais são os limites das iniciativas e das lógicas econômicas analisadas?

Para responder a essas perguntas, realizamos trabalho de campo em Santa Luzia entre os anos de 2017 e 2019. Nos dois primeiros anos, foram feitas algumas visitas à comunidade de Santa Luzia e estudos prévios, enquanto que a parte mais substancial do trabalho de campo foi conduzida em 2019. Nesse período, conseguimos identificar doze creches, ora em função do estudo prévio, ora por meio de indicações das primeiras crecheiras entrevistadas e da Associação de Moradores, ou ainda pela busca de novas creches nas redes sociais (cf. mapa 1). Isso não significa, no entanto, que os casos analisados esgotem as iniciativas locais, inclusive porque há uma dinâmica relativamente rápida entre o surgimento, o crescimento e/ou o fechamento ou ainda a mudança de uma creche para outro lugar fora de Santa Luzia.

O trabalho de campo se baseia no método etnográfico, que por sua vez recorre a uma variedade de diferentes técnicas de pesquisa qualitativa, incluindo entrevistas formais e informais, observação participante e diários de campo (cf. WATSON; TILL, 2010). A etnografia, que surgiu no âmbito da antropologia, hoje faz parte dos métodos de pesquisa de todas as ciências sociais e culturais, incluindo a geografia humana e os estudos urbanos (VENEGAS; HUERTA, 2010; MAGNANI, 2002). Esse método de pesquisa é sobretudo adequado para explorar fenômenos difíceis de investigar e representar por meio de técnicas quantitativas e padronizadas (WATSON; TILL, 2010). Nessa pesquisa, portanto, adotamos as técnicas etnográficas de entrevistas em profundidade, conversas informais, observação participante e diário de campo.

Com todas as doze crecheiras – além de uma décima terceira crecheira que havia construído uma creche em Santa Luzia, mas se deslocou há alguns anos para a Cidade Estrutural – foram conduzidas entrevistas “em profundidade” ou “focalizadas” (MCDOWELL, 2010; GIL, 2008) que permitiram explorar a fundo as experiências por elas vividas. A maioria das entrevistas foi conduzida nas creches durante os finais de semana – momento em que as crecheiras tinham mais tempo disponível e o ambiente era mais calmo – e duraram em média, entre uma e duas horas. Dependendo da possibilidade e da receptividade das crecheiras, algumas delas foram entrevistadas várias vezes. Optamos por não gravar as entrevistas e, em vez disso, fazer anotações durante e depois dos encontros, uma vez que percebemos que as gravações poderiam intimidar as entrevistadas e



comprometer o nível de confiança necessário para a realização da pesquisa. Além disso, foram realizadas entrevistas e conversas informais com monitoras que trabalham nas creches, conversas informais com moradores de Santa Luzia, frequentemente com aqueles que passaram nas creches (ou perto delas) durante as nossas visitas. Com as conversas informais, tínhamos por objetivo obter mais informações sobre a vida cotidiana das pessoas que, de formas diferentes, encontravam-se envolvidas com a dinâmica cotidiana das creches e das crecheiras (cf. p.ex. GIL, 2008, p. 115). Nessa pesquisa, as pessoas entrevistadas foram anonimizadas por meio da codificação.

Ainda que a observação participante seja a técnica mais associada com o método etnográfico, as informações mais relevantes para o nosso estudo foram obtidas por meio das entrevistas (algo comum em estudos etnográficos, cf. GIL, 2017, p. 91). Fizemos observação participante sobretudo em duas creches (creches 1 e 4) nas quais a nossa proposta foi bem recebida. A observação participante foi realizada em dias previamente combinados, tanto ao longo dos dias de funcionamento regular das creches, quanto em ocasiões especiais, como foi o caso da comemoração do dia das crianças na creche 4, ou ainda da realização de um curso ofertado por um grupo espírita na creche 1 com o objetivo de oferecer capacitação profissional para as mulheres da comunidade. Essa técnica de pesquisa envolve frequentemente notas de campo, esboços, fotografias ou gravações de vídeo (cf. WATSON; TILL, 2010). Decidimos por não fazer fotografias e gravações de vídeo pelo mesmo motivo pelo qual não gravamos o áudio das entrevistas. Em vez disso, produzimos diários de campo para registrar as observações feitas durante as nossas visitas à comunidade e refletir sobre elas. Os registros nos diários de campo foram posteriormente às visitas (cf. WATSON; TILL, 2010, p. 127f.)

Adicionalmente, para obtermos informações contextuais sobretudo relacionadas à história de Santa Luzia, complementamos o trabalho de campo com pesquisas documentais (p. ex., consulta de documentos oficiais do governo do Distrito Federal e da administração da RA SCIA, cf. item 3), pesquisas de reportagens veiculadas na mídia formal (sobretudo no jornal *Correio Braziliense*), bem como com pesquisas nas mídias sociais de contas vinculadas às creches de Santa Luzia.

## O papel de creches e crecheiras na construção de “territórios em resistência”

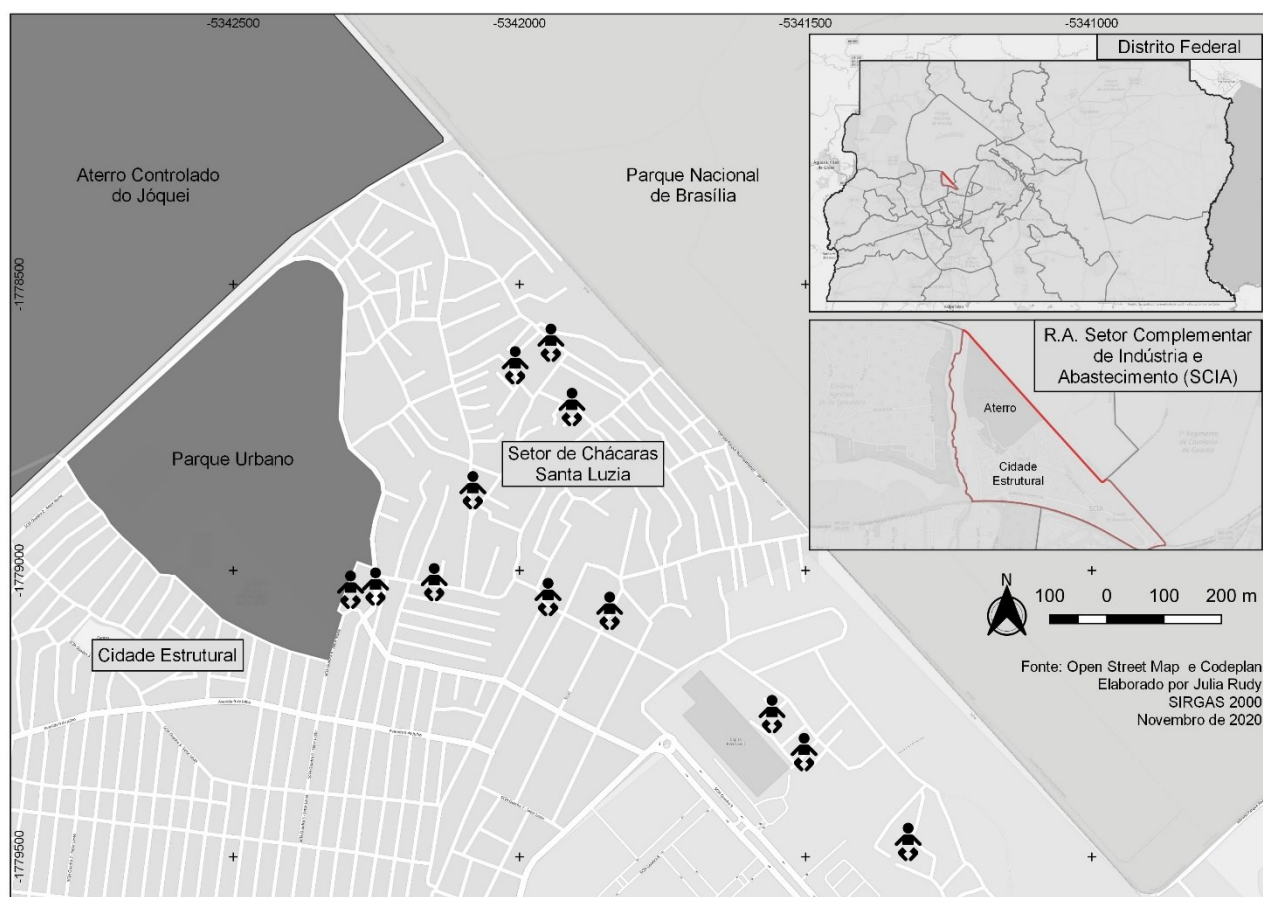
De acordo com as perguntas de pesquisa acima apresentadas, reconstruímos, no que segue, o percurso histórico de Santa Luzia, das creches e da atuação das crecheiras, seguindo o caminho da apropriação da terra à criação de territórios, e da criação de novas subjetividades à constituição de novos sujeitos políticos (ZIBECHI, 2015, p. 91). Posteriormente, descrevemos as iniciativas e práticas econômicas das crecheiras por meio das quais elas têm criado novos ofícios e co-construído o território em resistência. Por fim, discutimos em que medida a atuação econômica das crecheiras se baseia na expansão de uma lógica familiar-comunitária centrada na figura da mulher-mãe e refletimos sobre os limites das iniciativas e lógicas econômicas analisadas.

### Da apropriação da terra à criação de territórios

A história do Setor de Chácaras Santa Luzia teve início com a formação da Cidade Estrutural no Distrito Federal, ocorrida em meados da década de 1960, em uma região próxima à área destinada ao descarte do lixo proveniente da cidade de Brasília. Catadores de lixo – muitos dos quais migrantes rurais, sobretudo do Nordeste brasileiro – começaram a se instalar ao redor do chamado “Lixão”, do qual passaram a obter uma importante fonte de renda. Trata-se de um conjunto de pessoas que, em busca de uma vida melhor, migraram para Brasília com suas famílias, inicialmente para trabalhar na

construção da nova capital. Mas uma vez encerrada a construção da cidade, grande parte da mão de obra deslocada para a tarefa se viu abandonada. Desempregados, alguns começaram a trabalhar com reciclagem. Entretanto, para além da atração econômica que o próprio aterro exercia para os catadores, outro fator impulsionador da formação e do crescimento da Cidade Estrutural foi – e continua sendo – a carência de habitações destinadas à população de baixa renda na cidade e nos arredores de Brasília. Assim, ao longo do tempo, a Cidade Estrutural cresceu significativamente (LESSA; SOBRINHO, 2017). O que começou com uma ocupação na década de 1960 passou a ser um território em resistência, no qual seus habitantes se organizaram para tornar possível a vida no local e para resistir às tentativas governamentais de remoção da comunidade. Um dos resultados da pressão social gerada foi que essa área passou gradativamente a ser regularizada. Em 2004, a Cidade Estrutural se tornou sede urbana da Região Administrativa (RA) do Setor Complementar de Indústrias e Abastecimento (SCIA) do Distrito Federal, de acordo com a Lei distrital nº 3.315, de 27 de janeiro (cf. mapa 1).

Mapa 1 - Creches no Setor de Chácaras Santa Luzia, Distrito Federal



Essa região administrativa contava com uma área agrícola, denominada Setor de Chácaras Santa Luzia, localizada entre a Cidade Estrutural, o Parque Nacional de Brasília e o aterro (cf. mapa 1). Trata-se de uma área de preservação ambiental, motivo pelo qual diversas chácaras foram realocadas para outros setores agrícolas no Distrito Federal. Porém, a área não permaneceu

desocupada por muito tempo e passou a ser rapidamente ocupada por famílias, novamente movidas pela pobreza e atraídas pelo aterro como possível fonte de renda. A falta de habitação para a população de baixa renda na região, agravada pelos processos de especulação imobiliária nas áreas regularizadas da Cidade Estrutural, também explica a reocupação desse espaço desde o início dos anos 2000. De acordo com o levantamento oficial mais recente, realizado no ano de 2018, Santa Luzia conta com uma comunidade de 3.793 domicílios (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2019). A ocupação é caracterizada pela presença de habitações feitas predominantemente de madeira e materiais reciclados, bem como pela presença de uma infraestrutura mínima construída pela população local e pela ausência de infraestrutura e serviços básicos públicos. Desde o momento da ocupação inicial, a comunidade tem sido ameaçada de remoção pelo governo distrital. Devido à falta de alternativas, à incapacidade de atender à comunidade, bem como à alta pressão social criada pelos próprios habitantes, o Governo do Distrito Federal definiu limites para as suas operações de destruição de barracos e de deslocamento de famílias e indivíduos. Geralmente, removem-se as novas construções localizadas às margens da ocupação já existente, com o objetivo de evitar o crescimento da comunidade. No entanto, sentimentos de incerteza, ameaça, luta e resistência continuam a fazer parte da vida cotidiana dos moradores de Santa Luzia (CR1, CR3, CR4, CR5, CR6, CR7, CR9). Como é o caso de outras ocupações e, anteriormente, da Cidade Estrutural, os moradores têm se organizado não somente para resistir às tentativas de remoção autorizadas pelo governo, mas também para viabilizar a vida no local. Nesse processo, as crecheiras de Santa Luzia desempenham um papel fundamental.

Atualmente, a comunidade de Santa Luzia é muito diversa. Enquanto que um número expressivo de moradores continua trabalhando com reciclagem – apesar do fato de que o aterro atualmente não recebe mais todo tipo de descarte e tem um acesso fortemente controlado –, uma parcela da população local trabalha em outros setores, sejam esses trabalhos formais ou informais. Assim, a comunidade conta com várias associações de moradores, ONGs e igrejas (sobretudo evangélicas), além de pelo menos doze creches no momento em que o trabalho de campo foi realizado. O caráter inconstante – e por vezes provisório – da atuação das crecheiras já se manifesta no fato de que o número de creches se altera com frequência. Por trás dessas alterações, encontram-se diversas histórias de vida das crecheiras que, no entanto, guardam pontos em comum. As mulheres mais velhas tiveram parte da infância em áreas rurais, sobretudo do Nordeste brasileiro, de onde migraram suas famílias para o Distrito Federal. Já as mulheres mais novas nasceram predominantemente no Distrito Federal ou em outras regiões do Brasil. Uma grande parte dessas mulheres trabalhou no aterro (CR1, CR5, CR8, CR11, CR13) e, em algum momento, foi obrigada a mudar de ocupação, sobretudo por conta de problemas de saúde (p.ex. C1, C13). O que todas as crecheiras comentaram nas entrevistas é que elas se preocupavam com as crianças da comunidade que, frequentemente, tinham que acompanhar o trabalho adulto no aterro ou ficavam brincando sozinhas na rua, encontrando-se, assim, expostas a diversos fatores de risco.

A maioria das mulheres (CR1, CR3, CR4, CR5, CR6, CR8, CR9, CR11, CR12, CR13) tem filhos e começou a cuidar também de outras crianças, oferecendo-se inicialmente para cuidar daquelas que habitavam na vizinhança mais próxima ou eram filhas e filhos de amigas e amigos, enquanto suas mães e seus pais trabalhavam. Ao longo do tempo, elas passaram a ampliar o número de crianças acolhidas, até o ponto em que suas casas se tornaram “creches informais”, recebendo crianças de diversas partes da comunidade. Esse crescimento foi possível por conta das iniciativas econômicas criadas – e continuamente modificadas – pelas crecheiras com o objetivo de sustentar as creches caseiras. Essas iniciativas econômicas tornaram o conhecimento doméstico das crecheiras, bem como seus lares, em insumos (cf. item 3.2). A maioria das creches que tiveram sua origem em

barracos feitos de madeira e de outros materiais reciclados transformou-se, geralmente em um curto espaço de tempo, em casas maiores, feitas de tijolo e cimento, que passaram a contar com infraestrutura própria, incluindo banheiro e cozinha, além de acesso à eletricidade e à água – mesmo sendo uma estrutura simples. Poucas creches passaram à condição de ONGs (p.ex. CR1, CR12). Como as crecheiras também têm conseguido atender a outras demandas da população local (cf. item 3.2), sua visibilidade e importância crescentes na comunidade fizeram delas líderes locais de grande influência (CR1, CR3, CR4, CR6, CR7, CR9, CR10). As histórias das crecheiras 2, 7 e 10 são um pouco diferentes. A crecheira 2 assumiu um projeto originalmente organizado por um grupo de pessoas de fora da comunidade de Santa Luzia. Esse projeto foi criado para ofertar atividades durante o período do contraturno escolar para os membros da comunidade local. Posteriormente, a crecheira transformou a iniciativa em uma creche. De forma análoga, as creches 7 e 10 têm suas origens em projetos sociais parecidos, liderados por mulheres que, ao longo do tempo, decidiram atender prioritariamente às crianças. Mesmo com percursos distintos, essas iniciativas diversas refletem o que Zibechi (2015) chama de criação de novos ofícios e sujeitos políticos, autogestão e autopoiese, que, por sua vez, são elementos-chave para a construção de territórios em resistência.

### Economias diversas: iniciativas e práticas econômicas das crecheiras em Santa Luzia

Com base nos conceitos de “territórios em resistência” e “economias diversas”, as creches de Santa Luzia podem ser entendidas como núcleos de economias diversas criados pela atuação econômica das crecheiras. Nas páginas que seguem, descrevemos brevemente as principais iniciativas e práticas econômicas das crecheiras identificadas a partir do trabalho de campo em Santa Luzia, a saber:

- prestação de serviços de cuidados e acolhimento de crianças (gratuitamente e/ou por um preço baixo);
- captação de doações (p.ex. itens de vestuário, comida, brinquedos) e gerenciamento de redes de doadores;
- gerenciamento, distribuição gratuita, troca e venda das doações;
- emprego de monitoras e/ou professoras por meio de recompensa (monetária e/ou alternativa);
- trabalho adicional para obter renda complementar;
- troca de produtos e serviços;
- gerenciamento de redes de voluntários (prestando serviços gratuitos para as creches e nas creches para a comunidade)
- disponibilização do espaço das creches para serviços gratuitos para a comunidade;
- prestação de outros serviços para a comunidade.

Em primeiro lugar, as creches prestam *serviços de cuidado e de acolhimento de crianças* de mães e pais residentes em Santa Luzia. Algumas creches (CR1, CR2, CR4, CR7, CR8, CR11) optam por oferecer esse serviço gratuitamente, enquanto que outras (CR3, CR5, CR6, CR9, CR12) solicitam contribuições financeiras mensais de baixo valor para conseguir pagar, ao menos parcialmente, as despesas do local. Assim, elas possibilitam que mães e pais de Santa Luzia possam trabalhar, uma vez que não há creches públicas, nem mesmo particulares credenciadas no local. A maioria das crianças que frequenta as creches se encontra em idade pré-escolar. Todavia, várias creches acolhem adicionalmente crianças mais velhas ou adolescentes, por sua vez recebidas durante o período do contraturno escolar.

As crecheiras conseguem ofertar esse serviço e manter as creches por meio da *captação de doações* (sobretudo de bens materiais), bem como por meio do *gerenciamento de suas redes de doadores e das próprias doações*. Grande parte dos doadores é composta de pessoas físicas que oferecem apoio individualmente ou de organizações localizadas fora da comunidade de Santa Luzia que, por motivos de solidariedade, doam sobretudo itens de vestuário (de qualquer tipo), alimentos não perecíveis e brinquedos usados. Uma parcela desses doadores faz contribuições regulares, enquanto que outros fazem doações esporádicas ou apenas únicas. O desafio relatado pela maioria das crecheiras é a sazonalidade das doações, que aumentam sobretudo nas semanas anteriores ao dia das crianças no mês de outubro e com a proximidade de feriados religiosos, como os períodos do Natal e da Páscoa. Nos outros períodos do ano, as doações decrescem significativamente e, por esse motivo, todas as creches precisam gerenciar suas redes de doadores para conseguir manter seu funcionamento regular (CR1-CR13).

O gerenciamento das redes de doadores é frequentemente realizado por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas de texto e chamadas de áudio e vídeo instalado em aparelhos de telefone celular. Essa atividade inclui a manutenção dos contatos e o fornecimento de informações regulares – sobretudo com o envio de vídeos e áudios – sobre a situação da creche, bem como da comunidade de Santa Luzia, de forma mais geral (CR1-CR13). Algumas das creches possuem adicionalmente páginas ativas em redes sociais (CR2, CR3, CR4, CR7, CR13). Uma crecheira comentou que conta com a ajuda regular de um delegado, de um juiz e de um bancário, apesar do fato de que dois deles já não moram mais no Brasil. Além de itens de vestuário, brinquedos e alimentos não-perecíveis, algumas crecheiras conseguiram doadores fixos de alimentos perecíveis, como carne e/ou frutas e verduras frescas (p.ex. CR1, CR4), sendo alguns desses doadores feirantes na Central Estadual de Abastecimento (CEASA). Uma crecheira recebe frutas, verduras e legumes por meio do programa “Mesa Brasil”, do Serviço Social do Comércio (SESC) (CR2), enquanto que outra conta com a ajuda de uma ONG para conseguir alimentos perecíveis (CR12) e uma terceira relatou ir presencialmente até a CEASA com o objetivo de pedir doações diretas dos feirantes (CR5).

Algumas crecheiras afirmaram que, no momento em que suas creches foram criadas, a captação de doações era mais difícil. Ao longo do tempo, elas conseguiram estabelecer redes com mais doadores regulares por meio da divulgação da proposta, ora presencialmente, ora por meio de redes sociais ou ainda por meio de reportagens divulgadas na mídia sobre as creches (p.ex. CR1, CR3, CR4, CR6, CR9, CR10, CR13). Além disso, elas enfatizaram nas entrevistas que a criação de laços de confiança e afeto entre os doadores e as crecheiras, bem como entre mães, pais e crianças, tem sido fundamental. Segundo as entrevistadas, a criação de laços de confiança por parte dos doadores, por sua vez, exige dedicação ao trabalho (CR1-CR13).

Enquanto as crecheiras usam grande parte dos alimentos doados na própria creche, outra parte é transformada em cestas básicas distribuídas entre as pessoas colaboradoras, com o objetivo de *recompensá-las pelos serviços* realizados nas creches. Também uma parcela adicional dos alimentos pode ainda ser *doada para famílias carentes* da comunidade. Destino semelhante recebem os brinquedos doados: eles são usados pelas crianças no ambiente da creche ou ainda doados novamente para as famílias da comunidade. No que diz respeito à doação de itens de vestuário, as crecheiras adotam estratégias diferentes. Frequentemente, uma pequena parcela da doação desses itens permanece na creche e passa a ser destinada às crianças que a frequentam. Outra parte é *vendida* por um baixo valor monetário (CR1, CR2, CR5, CR9). Muitas crecheiras fazem ou fizeram bazares na própria creche para vender roupas, calçados e acessórios a preços módicos (as peças custam, geralmente, entre um e dois reais). Os bazares ocorrem aos sábados, por exemplo, com frequência mensal (CR1, CR2, CR4, CR5, CR6, CR7, CR13). Uma das crecheiras vende as peças (por

um preço igualmente baixo) também para mulheres que fazem bazares em lugares fora da comunidade, as chamadas “bazadeiras” (CR1). Os itens que não são adquiridos para revenda pelas bazadeiras são frequentemente doados para mulheres da comunidade de Santa Luzia (CR1). Por fim, algumas crecheiras vendem itens de vestuário em uma feira em Santa Luzia. Assim, conseguem um valor por peça um pouco maior comparando-se com o valor recebido pelas vendas às bazadeiras (CR5).

De acordo com as informações que recebemos, os recursos financeiros são usados para pagar as despesas das creches, incluindo produtos (p.ex. fraldas) e serviços (p.ex. instalações técnicas). Além disso, uma parte das creches (CR1, CR2, CR4, CR5, CR12) paga recompensa financeira mensal às monitoras e, quando há, às professoras contratadas (p.ex. CR1, CR3). Mas geralmente o dinheiro obtido com a venda dos itens de vestuário não é suficiente para cobrir todas as despesas da creche, inclusive as despesas mensais regulares relacionadas ao pagamento dos serviços prestados pelas monitoras e, eventualmente, pelas professoras. Nesses momentos, algumas crecheiras contam com o apoio financeiro ou empréstimos (sem juros) de familiares e amigos (CR1, CR4), ou ainda com o pagamento de mensalidades por mães e pais das crianças acolhidas (CR3, CR5, CR6, CR9, CR12). Uma outra crecheira afirmou fazer campanhas nas redes sociais para que as pessoas apadrinhem crianças (CR2), enquanto outra possui uma pequena renda proveniente do aluguel de uma casa em Samambaia (CR3). Algumas trabalham adicionalmente fora da comunidade, frequentemente no período noturno ou durante os finais de semana, para conseguir uma renda complementar (p.ex. CR4, CR11).

Mesmo sem terem sido perguntadas, várias crecheiras enfatizaram que preferem receber o mínimo possível em dinheiro. Isso foi justificado, por um lado, pelo fato de que elas dizem não precisar desse recurso adicional para si mesmas e, por outro lado, porque isso teria um impacto negativo na reputação das crecheiras e na confiança que elas estabeleceram na comunidade e entre os doadores (CR1, CR6, CR13). Além disso, uma das crecheiras relatou ser reiteradamente abordada por políticos que oferecem consideráveis ajudas financeiras em períodos eleitorais. Nesse caso, a ajuda teria como moeda de troca a declaração aberta de seu apoio político aos respectivos candidatos, de forma a capitalizar o respeito e a influência que as crecheiras têm na comunidade. No entanto, ela enfatizou sempre recusar esse tipo de oferta, não somente por não corresponder à sua própria ética, mas também pelo fato de que a crecheira poderia ser vista com desconfiança tanto entre os membros da comunidade local quanto entre as redes de doadores (CR1).

O posicionamento das crecheiras no que diz respeito à movimentação financeira de apoios e doações favorece a *troca direta de produtos e serviços* (CR1-CR13). Geralmente, as crecheiras trocam serviços prestados por membros da comunidade para a creche por alimentos ou itens de vestuário. Os serviços assim recompensados incluem, por exemplo, atividades de limpeza e cozinha, assim como também, ao menos em parte, os serviços de cuidados prestados pelas monitoras e serviços adicionais esporádicos, como foi o caso da execução de uma nova pintura em uma das creches visitadas ao longo do trabalho de campo (CR4).

Além disso, as crecheiras têm conseguido *criar e gerenciar redes de apoiadores e voluntários* que prestam serviços gratuitos ora diretamente *para as creches*, ora *para a comunidade de Santa Luzia*, utilizando o espaço das creches. Trata-se de serviços oferecidos em diversas modalidades e prestados regular ou esporadicamente. Todavia, ressalta-se que todas essas iniciativas são dinâmicas e, como tal, podem mudar rapidamente. No momento de realização do trabalho de campo, as crecheiras mencionaram, entre os serviços prestados por voluntários para as creches, por exemplo, a reforma da estrutura física de uma das creches (CR1) ou a ajuda na organização de documentos necessários para realizar o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) (CR3). No que

diz respeito aos serviços prestados por voluntários no espaço das creches para a comunidade de Santa Luzia, mencionou-se nas entrevistas a realização de cursos de alfabetização oferecidos por professoras voluntárias, bem como de cursos voltados para melhorar a capacitação profissional das mulheres da comunidade e ofertados uma vez por mês por um grupo espírita (CR1). A crecheira 10 comentou que conta com a ajuda de uma médica pediatra que oferece consultas e remédios gratuitamente para as crianças da comunidade. Uma outra creche recebe atualmente ajuda de uma policial que se tornou madrinha de um projeto cujo objetivo é formar enxovais para as gestantes da comunidade. Essa parceria inclui, além de trocas e doações realizadas por grupos de policiais, palestras sobre assuntos variados (CR10). Por meio da parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma outra creche (CR5) também desenvolve um projeto de enxoval.

Além do serviço de cuidado, das doações e do gerenciamento das redes de doadores e voluntários, as crecheiras ainda prestam *outros serviços gratuitos*, de modo a ajudar a comunidade de Santa Luzia por meio de diversas frentes de ação. Uma das creches (CR1), por exemplo, oferece semanalmente uma grande sopa para a comunidade, ou oferta alimentos – como também o fazem outras creches (CR2) – quando pessoas da comunidade precisam. Outra creche recebe adolescentes que ajudam voluntariamente no desenvolvimento de atividades com as crianças (CR2). Segundo a crecheira, essa é uma forma de fazer com que adolescentes se afastem do ambiente doméstico em que vivem para que consigam tanto aprender alguma coisa quanto ampliar os laços de amizade. A crecheira 10 relatou que se envolve uma série de projetos adicionais. Entre eles, destacam-se aulas de futebol, durante as quais seu marido oferece treinos para as crianças da comunidade, e o projeto de um salão de beleza solidário, no contexto do qual a creche abre as portas em dias especiais para que as mulheres da comunidade possam se arrumar para festas e ensinar umas às outras como realizar procedimentos de beleza. Segundo a entrevistada, ela sempre tenta ajudar e melhorar a qualidade de vida da vizinhança. Por ocasião da reforma do seu espaço, a crecheira comentou que conseguiu distribuir brita na rua não pavimentada e completou que quando um dia conseguir realizar a pintura da fachada, pretende estendê-la também para as casas vizinhas.

As principais iniciativas das crecheiras aqui apresentadas são articulações de economias diversas. Para sistematizá-las, Gibson-Graham e Dombroski (2020), dentre outros, apresentam uma tipologia de economias diversas baseada em diferentes tipos de empreendimentos, de trabalho e maneiras de recompensá-lo, de transações, de propriedade e de financiamento (cf. tabela 1). Trata-se de tipos que, por sua vez, podem ser classificados em capitalocêntricos (cf. primeira linha cinza da tabela 1), alternativos às versões capitalistas (cf. segunda linha cinza da tabela 1) e não-capitalistas (cf. terceira linha cinza da tabela 1). Na tabela 1, incluímos as principais iniciativas e práticas econômicas das crecheiras nas linhas brancas. Assim, por meio da tabela, verifica-se que a maior parte dessas iniciativas e práticas pode ser entendida como alternativas e não-capitalistas, e que doação, troca e o atributo “informal” ocupam um lugar destacado no conjunto delas.



Tabela 1 - Tipologia de economias diversas e as principais iniciativas econômicas das crecheiras de Santa Luzia

| Empreendimento   | Trabalho   | Transação  | Propriedade                       | Financiamento  |
|--|--|--|-----------------------------------|--|
| Capitalista  | Salário  | Mercado  | Propriedade privada               | Mercado  |
|  |  | <i>Compra de bens (p.ex. de fraldas)</i>   |                                   |  |
| Alternativa e/ou mais-do-que-capitalista                 | Salário alternativo  | Mercado alternativo  | Alternativa à propriedade privada | Alternativa ao mercado                               |
|  | <i>Trabalho pago por bens (p.ex. cestas básicas, bens doados) e serviços; trabalho pago informalmente com dinheiro</i> | <i>Troca de bens (p.ex. cestas básicas, bens doados) e serviços; mercado informal (p.ex. bazares e/ou negócios com bazadeiras)</i> | <i>Propriedade informal</i>       |  |
| Não-capitalista  | Não-remunerado   | Não-mercado  | Acesso livre                      | Não-mercado  |
| <i>Organização informal e ONG (sem fins lucrativos);</i> | <i>Trabalho voluntário; trabalho de cuidados (família, comunidade); trabalho doméstico</i>                             | <i>Doações de bens e serviços</i>  |                                   | <i>Doações; empréstimos sem juros; outras fontes</i> |

Fonte: baseada em GIBSON-GRAHAM; DOMBROSKI, 2020

Ao mesmo tempo, as articulações das economias donativas, de troca e informais não são desvinculadas do capitalismo, uma vez que grande parte das doações materiais foi produzida por meio de relações capitalistas, a maioria dos doadores se encontra inserida no sistema estatal e capitalista e, finalmente, as creches também interagem com a economia formal por meio de compras em supermercados convencionais, por exemplo. Para o pagamento das despesas da creche em geral e, em alguns casos, do trabalho de monitoras e professoras, também o dinheiro não deixa de ser um elemento central nas economias das creches, mesmo que as crecheiras evitem, quando possível, o uso da moeda. A necessidade de trabalho e rendas complementares, em parte geradas pelo sistema econômico formal, também mostra como a atuação econômica das crecheiras se encontra interligada com o sistema hegemônico.

#### A lógica familiar-comunitária centrada na figura da mulher-mãe, núcleos de resistência e limites das iniciativas das crecheiras

A diversidade econômica acima apresentada baseia-se, ao menos em grande parte, no que Zibechi (2015) chama de “expansão da lógica familiar-comunitária centrada na figura da mulher-mãe” e no que Gago compreende por feminização da economia e do espaço (2020). Ambas conceitualizações se referem a um aumento da presença feminina no espaço público, ao posicionamento das figuras femininas como agentes econômicos relevantes e ao deslocamento de características da economia doméstica para o espaço coletivo. Nos itens 3.1 e 3.2 deste artigo, descrevemos o processo de aumento da presença e da visibilidade das crecheiras em Santa Luzia e sua atuação e relevância econômicas. Neste item, exploramos o deslocamento das características da economia doméstica. De acordo com Zibechi (2015), essas características incluem, por sua vez, a liderança da mulher, a cooperação afetiva, o comunitarismo, a solidariedade, o foco no valor de uso, bem como a autogestão, a autopoiese e a espontaneidade. A figura da “mulher-mãe”, usada por Zibechi como metáfora para resumir todas essas características, leva a reflexões relevantes na nossa

análise, sobretudo pelo fato de que as crecheiras entrevistadas descreveram as suas próprias atividades nos termos das relações sociais implicadas nessa construção metafórica. Ou seja, as narrações dessas mulheres espelham a construção social da figura da mulher-mãe que se preocupa com a sua família e, movida pelo afeto, procura constantemente melhorar as condições de vida dos integrantes de seus núcleos familiares.

Sobretudo as relações entre crecheiras, monitoras e crianças das creches foram descritas explicitamente nesse sentido. Segundo as crecheiras, as creches foram criadas por conta da preocupação que elas tinham com as crianças da comunidade, assim como também com a comunidade de forma mais geral. Em vez de se referir à própria atuação como uma profissão, todas as crecheiras e monitoras disseram que “cuidam das crianças da comunidade como cuidam dos próprios filhos” que, por sua vez, também muitas vezes frequentam o espaço das creches. Enquanto duas crecheiras contrataram professoras para tornar a proposta mais profissional (p.ex. CR1, CR2), outras destacaram adicionalmente que fazem esse trabalho por amor, pois apenas gostar do que fazem não seria suficiente para conseguir fazê-lo bem: seria preciso amar as crianças, bem como cuidar delas (p.ex. CR2, CR4, CR6, CR7, CR10). Em alguns relatos, as relações de amor foram descritas como mútuas. Uma crecheira, por exemplo, comentou que sua creche sofreu uma inundação que destruiu grande parte da estrutura construída. Essa destruição fez com que ela se sentisse tão abalada e triste, que não conseguiu nem mais se levantar da cama por alguns dias. O motivo de sua recuperação foram, segundo o seu relato, as crianças que a procuravam com saudade e amor (CR4).

A figura da mulher-mãe e “o fazer como é feito em casa” também se manifestam nas relações das crecheiras com a comunidade. Além de oferecer soluções para que familiares adultos possam trabalhar sem se preocupar com o cuidado das crianças, e além de oferecer ocupação e recompensas – financeiras ou de outra ordem – para as monitoras, as crecheiras também têm proporcionado aos membros da comunidade, quando necessário, acesso gratuito a recursos básicos como alimentos, itens de vestuário e água potável. O cuidado e a colaboração afetiva com os membros da comunidade se reflete igualmente nos cursos e serviços oferecidos nos espaços das creches e que são prestados por atores de fora da comunidade (cf. item anterior). Esse cuidado também pode ser interpretado de modo congruente com o que se espera da figura social da mulher-mãe: um cuidado quase incondicional para com a família – aqui: a comunidade – com o objetivo de melhorar a vida de todos os seus membros. Ademais, algumas crecheiras destacaram que o cuidado gera uma relação de cuidado mútuo. Segundo elas, os membros da comunidade também passaram a cuidar das creches, por meio do fornecimento de serviços técnicos ou reparos voluntários, por exemplo (CR1, CR2, CR4, CR6). Devido às suas atuações, muitas crecheiras passaram a ser vistas como líderes comunitárias, correspondendo à figura da mulher-mãe à frente da vida familiar.

Não é difícil de verificar que autogestão, autopoiese e espontaneidade – atributos que igualmente qualificam a figura da “mulher-mãe” – manifestam-se na atuação das crecheiras de Santa Luzia, pois as creches são iniciativas autogeridas, capazes de se reproduzir e de se manter. Além disso, as crecheiras são capazes de reagir espontaneamente a novos problemas e desafios. Uma entrevistada (CR2) exemplificou essa espontaneidade por meio de um relato sobre a dificuldade da maior parte da comunidade de conseguir acesso à água potável em um período de 2019. Por um lado, algumas das creches continuavam a ter acesso à água e disponibilizaram esse acesso para os membros comunidade. Por outro lado, várias crecheiras se organizaram para pressionar o governo, por meio de audiências públicas e do apoio de deputados, para que medidas governamentais fossem adotadas para solucionar o problema. Essa pressão teve como resultado o envio de caminhões-pipa pelo Governo do Distrito Federal.

Com esse espírito, vale a pena nos determos em um exemplo que ultrapassa, no entanto, o período de realização do trabalho de campo. Na fase da pandemia de Covid-19 em 2020, várias crecheiras (p.ex. CR1, CR4) comentaram ter fechado as portas das creches temporariamente. Todavia, relataram que, nesse momento, investiram seus esforços sobretudo para ampliar a captação de doações destinadas à comunidade, uma vez que muitos moradores de Santa Luzia não conseguiram trabalhar durante o período de isolamento social e ficaram, portanto, sem renda. Em 2020, as doações incluíram, além de alimentos, também máscaras e produtos de higiene, como sabonete, papel higiênico e álcool gel.

A partir da atuação das crecheiras, bem como de sua posição de liderança na comunidade de Santa Luzia, observamos que não ocorre simplesmente um deslocamento da economia doméstica do espaço privado para espaços coletivos. Ao fazer de suas residências familiares uma creche comunitária na qual também atuam, as crecheiras transformam os seus espaços privados em espaços coletivos e, assim, em núcleos que contribuem para a criação e reprodução de territórios em resistência. No entanto (como discutido no item 2.1), o território em resistência e o mundo hegemônico não podem ser entendidos por meio de uma lógica binária. As relações socioespaciais, econômicas e políticas desses mundos se encontram forte e complexamente entrelaçadas. Como mostramos no item anterior, as próprias iniciativas e práticas econômicas das crecheiras se encontram interligadas com o sistema capitalista-estatal; algo que também se aplica a algumas das lógicas aqui discutidas.

As iniciativas das crecheiras baseiam-se na captação de doações e no gerenciamento de redes de doadores. A economia donativa não depende exclusivamente da colaboração afetiva das crecheiras e da sua solidariedade com os membros da comunidade, mas ela também se torna possível por meio do afeto e da solidariedade dos doadores com a comunidade, especialmente com a população infantil. Os doadores, por sua vez, encontram-se normalmente integrados ao sistema econômico formal, de modo que os bens doados para a população de Santa Luzia foram normalmente produzidos a partir de lógicas capitalistas convencionais. Assim como sujeitos inseridos no mundo capitalista-estatal reproduzem relações econômicas baseadas em afeto e solidariedade, a atuação das crecheiras em Santa Luzia também é guiada por lógicas convencionalmente atribuídas ao capitalismo. Uma dessas lógicas é a competitividade, que, segundo várias crecheiras, também caracteriza as relações entre elas.

Apesar da colaboração solidária e da ajuda mútua entre as crecheiras, quando alguma delas enfrenta problemas de diversas ordens manifestam-se relações de concorrência e competição, sobretudo nas dinâmicas relacionadas à captação de doações e ao estabelecimento de redes regulares de doadores (p.ex. CR1, CR5, CR6, CR12). Além disso, a atuação das crecheiras não se explica tão facilmente a partir da dicotomia entre o “mundo feminino, de valores de uso [...] e [...] o mundo estatal-masculino, de valores de troca” (ZIBECHI 2015, p. 92). O conceito de “economias diversas”, bem como as nossas observações empíricas, sugere que a produção de valores envolvida nas iniciativas e práticas das crecheiras é muito mais complexa.

Tal como as relações econômicas, podemos constatar que as relações entre as crecheiras e o governo são igualmente complexas e até contraditórias. Por um lado, as crecheiras se viram obrigadas a resistir às ameaças de remoção da Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis), substituída em 2019 pela Secretaria de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (também chamada de Secretaria DF Legal). Em parte, elas foram vítimas da violência bruta ligada às ações de remoção, da ameaça de fechar as creches ou da destruição das hortas comunitárias que criaram em determinado momento (p.ex. CR1). Por outro lado, sobretudo ao longo do tempo, as crecheiras conseguiram ganhar respeito e apoio de diferentes órgãos governamentais e de políticos individuais,

devido ao seu reconhecimento como líderes comunitárias e ao desenvolvimento de projetos voltados para as crianças da comunidade, frente à falta de alternativas públicas e particulares. Não são raras as ocasiões em que a força policial colabora com as creches para as quais os próprios órgãos do governo fornecem doações maiores de roupa, alimentos, brinquedos e livros (cf. p.ex. PGDF, 2017). Diante desse paradoxo, as crecheiras agem de maneira pragmática, buscando apenas trazer, quando possível, benefícios para a comunidade.

Além do entrelaçamento entre o território em resistência e o mundo hegemônico, é preciso reconhecer que as iniciativas econômicas das crecheiras têm limites. Esses limites se manifestam, por exemplo, nos momentos em que as doações são muito escassas – tanto que, às vezes, “não vale a pena fazer bazares” (CR1) e “a situação ficou muito difícil” (CR1) –, bem como no trabalho intenso realizado por essas mulheres. Uma das crecheiras explicou que para obter uma renda complementar com a qual conseguiria pagar as despesas da creche, viu-se obrigada a se ocupar com uma série de outros trabalhos, simultaneamente. Segundo ela, durante o dia, ao longo da semana, seu trabalho consistia em cuidar das crianças e da creche, enquanto que às noites trabalhava como garçoneite e aos finais de semana vendia panos de chão e sacos de lixo nos semáforos, ou ainda perfume em outros pontos da cidade. Devido à sobrecarga de trabalho, sofreu um acidente vascular cerebral com menos de 35 anos (CR4). Outra crecheira comentou que nunca parou de trabalhar com reciclagem, uma vez que precisa dessa renda complementar para sustentar a creche (CR11). Para além da sobrecarga de trabalho, da exaustão física e mental e, conseqüentemente, de graves problemas de saúde, tanto as crecheiras como as monitoras ainda são frequentes vítimas de diversas formas de violência (dentre elas, assaltos e ameaças).

## Considerações finais

Ao analisar as frentes de atuação das crecheiras em Santa Luzia, no Distrito Federal, defendemos a tese de que crecheiras e creches informais podem desempenhar um papel-chave na criação do que Zibechi chama de “territórios em resistência”. Trata-se de mundos vivos e vividos nas periferias urbanas que têm surgido a partir da resistência aos ataques causados pela expansão capitalista e que têm criado uma organização socioeconômica própria. Esses mundos são caracterizados pelo aumento da presença feminina no espaço público, pelo posicionamento das figuras femininas como agentes econômicos relevantes e pelo deslocamento de características da economia doméstica para o espaço coletivo. A lógica que estrutura tal organização socioeconômica é chamada por Zibechi (2015) de “expansão da lógica familiar-comunitária centrada na figura da mulher-mãe” e por Gago (2018) de feminização da economia e do espaço.

Com o nosso estudo de caso em Santa Luzia, mostramos que creches e crecheiras podem ser vistas, respectivamente, como agentes e lugares protagonistas na criação e no desenvolvimento de relações socioeconômicas por meio das quais territórios em resistência são coletiva e incessantemente (re)constituídos. Assim, as creches se tornam núcleos de resistência e de múltiplas práticas econômicas que contribuem para viabilizar a vida na periferia urbana. Ao mesmo tempo, mostramos que os “territórios de resistência” e “o mundo capitalista-estatal” não são claramente separáveis. Antes, eles se encontram entrelaçados, são relacionais e dinâmicos, de modo que qualquer fronteira identificada entre eles deve ser vista como um artifício analítico de condição provisória.

Diante desses resultados, procuramos contribuir, por um lado, com os atuais debates geográficos e de outras ciências sociais sobre a criação e o funcionamento de territórios em resistência em periferias urbanas. É certo que muitos dos trabalhos existentes se dedicam ao estudo

de movimentos sociais ou socioterritoriais mais ou menos institucionalizados. Entretanto, neste artigo mostramos que agentes fundamentais na criação de territórios em resistência também podem ser as creches e as crecheiras, de modo que pesquisas futuras devem passar a levá-las em consideração e, assim, melhor explorar a complexidade e a dinâmica de funcionamento econômico de tais territórios.

Por outro lado, queremos também contribuir para o debate acadêmico interdisciplinar sobre creches informais ou caseiras em periferias urbanas. Enquanto que a maior parte dos estudos existentes foca criticamente no papel de mulher-mãe exercido pelas crecheiras, enxergando-o em termos de falta de profissionalismo e/ou de resiliência na periferia urbana, este artigo decididamente sublinha que esse papel também pode ser visto como algo positivo, produtivo e construtivo, uma vez que as crecheiras não resolvem apenas o dilema de mães e pais que moram em periferias urbanas, precisam trabalhar e não contam com serviços de cuidados públicos ou particulares acessíveis. Apesar dos limites de suas iniciativas e práticas econômicas, as crecheiras também têm criado modos de sustento e de vida que beneficiam toda a comunidade.

## Referências

- ARAÚJO, L. d. O. L. (2014) *Geografia da periferia urbana: lugar de múltiplas representações no entorno do trecho rodoviário Niterói-Manilha, BR 101*. Tese de Doutorado, UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://bibliotecas.net.ar/geoaccesoabierto/items/show/44809>>. Acessado em: 15 ago. 2021.
- ARRUZZA, C; BHATTACHARYA, B; FRAZER, N. (2019) *Feminismo para os 99%. Um manifesto*. São Paulo: Boitempo.
- BARRANCOS, D. (2013) Mujeres y crisis en la Argentina: de las Madres de Plaza de Mayo a las piqueteras. In: RALLE, Michel (org.). *Los conflictos en los mundos ibéricos e iberoamericanos contemporáneos, de las elaboraciones sociales y políticas a las construcciones simbólicas*. Paris: Éditions Hispaniques, p. 263-278.
- BARROS, J.; DAL'BÓ DA COSTA, A.; RIZEK, C. (orgs.) (2018) *Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios*. São Carlos: IAU/USP.
- BARTHOLL, T. (2015) *Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas*. Tese de Doutorado, UFF, Niterói.
- BÉNÉ, C.; NEWSHAM, A.; DAVIES, M.; ULRICH, M.; GODFREY-WOOD, R. (2014) Review Article: Resilience, Poverty and Development. *Journal of International Development*, n. 26, p. 598-623.
- CAFFENTZIS, G.; FEDERICI, S. (2014) Commons against and beyond capitalism. *Community Development Journal*, n. 49, p. 92-105.
- CAMARGO, A. T. de (2002) Creches irregulares em favelas: a educação na clandestinidade. In: BURGOS, M. B. (org.) *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, p. 149-160.
- CLARK, S.; ALMADA, M. de; KABIRU, C. W.; MUTHURI, S.; WANJOHI, M. (2018) Balancing paid work and child care in a slum of Nairobi, Kenya: the case for centre-based child care. *Journal of Family Studies*, n. 1, v. 4, p. 1-19.
- CORRÊA, R. L. (1986) A Periferia Urbana. *GeoSul*, n. 2, p. 70-78.
- DALLA COSTA, M; JAMES, S. (1972) *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bishopston: Falling Wall Press.
- DADASHPOOR, H.; AHANI, S. (2019) A conceptual typology of the spatial territories of the peripheral areas of metropolises. *Habitat International*, n. 90. DOI: 10.1016/j.habitatint.2019.102015.
- FARIAS, J. A. (2017) Resiliência: um bom conceito para o projeto e a reforma urbana? In: *ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. XVII, São Paulo. Disponível em: <[http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sesses\\_Tematicas/ST%2010/ST%2010.6/ST%2010.6-05.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesses_Tematicas/ST%2010/ST%2010.6/ST%2010.6-05.pdf)>. Acessado em: 15 ago. 2021.
- FEDERICI, S. (2020) Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, n. 28, v. 2, p. 1-12.
- FEDERICI, S. (2012) *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle*. Oakland: PM Press.
- GAGO, V. (2018) *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Editora Elefante.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. (1998) *O fim do capitalismo (como nós o conhecíamos)*. Lisboa: Piaget.
- GIBSON-GRAHAM, J. K.; DOMBROSKI, K. (2020) *The Handbook of diverse economies*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- GIL, A. C. (2017) *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas
- GIL, A. C. (2008) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (2019): Pesquisa distrital por amostra de domicílios 2018. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/SCIA-Estrutural.pdf>>. Acessado em: 8 nov. 2020.
- GÜRCAN, E. C; OTERO, G. (2013) Critical Considerations on Collective Empowerment: Class, Civil Society and State. Disponível em: <<https://mobilizingideas.wordpress.com/2013/05/29/critical->

- considerations-on-collective-empowerment-class-civil-society-and-the-state/>. Acessado em: 15 ago. 2021.
- HAESBAERT DA COSTA, R (2004) *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HALLMAN, K.; QUISUMBING, A. R.; RUEL, M.; BRIÈRE, B. de la. (2005) Mothers' Work and Child Care: Findings from the Urban Slums of Guatemala City. *Economic Development and Cultural Change*, n. 53, v. 4, p. 855-885.
- HUSSEINI DE ARAÚJO, S.; COSTA, E. B. da. (2017) From Social Hell to Heaven? The Intermingling Processes of Territorial Stigmatization, Agency from Below and Gentrification in the Varjão, Brazil. In: KIRKNESS, P.; TIJÉ-DRA, A. (orgs.). *Negative neighbourhood reputation and place attachment: The production and contestation of territorial stigma*, London: Routledge, p. 100-120.
- KOONINGS, K.; KRUIJT, D. (2015) *Violence and Resilience in Latin American Cities*. London: Zed Books.
- LACLAU, E; MOUFFE, C. (1985) *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso.
- LESSA, T. C. L.; SOBRINHO, F. L. A. (2017) *Migrar, chegar, permanecer: A construção do lugar de afeto*. Jundiaí: Paco Editorial.
- LÓPEZ, C. M. (2019) Contesting double displacement: internally displaced campesinos and the social production of urban territory in Medellín, Colombia. *Geographica Helvetica*, n. 74, v. 3, p. 249-259.
- MAGNANI, J. G. C. (2002) De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 49, v. 17, p. 11- 29.
- MASALAM, H. (2013) Territories in resistance: A cartography of Latin American social movements. *Cultural and Pedagogical Inquiry*, p. 54-56.
- MASON-DEESE, L.; HABERMEHL, V.; CLARE, N. (2019) Producing territory: territorial organizing of movements in Buenos Aires. *Geographica Helvetica*, n. 74, v. 2, p. 153-161.
- MCDOWELL, L. (2010) Interviewing: Fear and Liking in the Field. In: DELYSER, D.; HERBERT, S.; AITKEN, S.; CRANG, M.; MCDOWELL, L. (orgs.) *The SAGE Handbook of Qualitative Geography*. London: SAGE, p. 156-171.
- MEURER, C. M. A. (1994) *Creche domiciliar: Nem escola, nem família*. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis.
- MUENDO, R. M. (2014) *Daycare services and women's participation in informal employment: a study of Mukuru Kwa Njenga*. Master Thesis. Nairobi, 2014.
- MUÑIZ, O. I. (2019) Definir la urbanización periférica: conceptos y terminología. *Éria: Revista cuatrimestral de geografía*, n. 39, v. 2, 183-206.
- PENNA, M. A. (2020) Movimento das Comunidades Populares: A Brazilian uchronic utopia. *ephemera: theory & politics in organization*, n. 20, v. 1, p. 51-89.
- PGDF (PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL) (2017) Doações da PGDF Solidária foram entregues à Creche da Tia Tatá. Disponível em: <<http://www.pg.df.gov.br/doacoes-da-pgdf-solidaria-foram-entregues-a-creche-da-tia-tata/>>. Acessado em: 7 nov. 2020.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006) A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: MARTORELLA, A. E. C. (org.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, p. 151-197.
- SALVADOR DE SOUZA, J. O caso Pinheirinho: sobre o direito insurgente e a resistência no território. In: BARROS, J.; DAL'BÓ DA COSTA, A.; RIZEK, C. (orgs.). *Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios*. São Carlos: IAU/USP, p. 121-138.
- SAQUET, M. A. (2018) A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation. *Geographica Helvetica*, n. 73, v. 4, p. 347-355.
- SILVA, C. R. d. (2017) Resenha: Movimentar-se em tempos de resistência. *Em Pauta*, n. 39, v. 15, p. 276-282.
- SILVA, G. (2013) ReFavela (notas sobre a definição de favela). *Lugar Comum*, n. 39, p. 37-43.
- STEVENS, J. (2018) Prototypes of Urbanism: Urban Movements Occupying Central São Paulo. *Geography Research Forum*, n. 38, p. 43-65.



- STIENEN, A. (2020) (Re)claiming territory: Colombia's "territorial-peace" approach and the city. *Geographica Helvetica*, n. 75, v. 3, p. 285-306.
- STREULE, M. (2013) Rezension von Raúl Zibechi (2011): Territorien des Widerstands. *Critical Reviews on Latin American Research*, v. 4, p. 35-37.
- STREULE, M.; SCHWARZ, A. (2019) "Not all spaces are territories": creating other possible urban worlds in and from Latin America – an interview with Raúl Zibechi. *Geographica Helvetica*, n. 74, v. 1, p. 105-111.
- SWAMINATHAN, M. (1996) Innovative Child Care Programmes in India. *International Journal of Early Years Education*, n. 4, v. 2, p. 41-56.
- VENEGAS, K; HUERTA, A, H. (2010) Urban ethnography: Approaches, perspectives and challenges. University of Southern California. In: SAVIN-BADEN, M.; MAJOR, C. H. (orgs.) *New Approaches to Qualitative Research*. New York: Routledge, p. 154-161.
- WATSON, A.; TILL, K. E. (2010) Ethnography and Participant Observation. In: DELYSER, D.; HERBERT, S.; AITKEN, S.; CRANG, M.; MCDOWELL, L. (orgs.) *The SAGE Handbook of Qualitative Geography*. London: SAGE, p. 121-137.
- ZIBECHI, R. (2015) *Territórios em resistência: A cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. Oakland, CA: AK Press.